

**Juliana Melazzi Andrade**

**JUSTICIABILIDADE  
E NÃO DECISÃO**  
Quando o Poder Judiciário  
Não deve decidir

**Prefácio:** Antonio do Passo Cabral

**Apresentação:** Sofia Temer

2023



**EDITORA**  
**JusPODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Equipe JusPODIVM

**Capa:** Ana Caquetti

A554j Andrade, Juliana Melazzi  
Justiciabilidade e não Decisão - Quando o Poder Judiciário não Deve Decidir /  
Juliana Melazzi Andrade – São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.

240 p.  
(Coleção Dissertações, Teses e Ensaios de Processo Civil)

Inclui Bibliografia  
ISBN: 978-85-442-4545-3

1. Direito Processual Civil. 2. Justiciabilidade no Brasil. I. Andrade, Juliana Melazzi.  
II. Título.

CDD 341.46

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>23</b>
------------------------	-----------

## *Capítulo 1*

<b>JUSTICIABILIDADE: PRESSUPOSTOS PARA DEMANDAS NÃO JUSTICIÁVEIS .....</b>	<b>29</b>
--	-----------

1.1. Justiciabilidade .....	29
1.1.1. O “dever” do Poder Judiciário de decidir.....	29
1.1.2. Conceito e classificações de justiciabilidade .....	30
1.1.3. Surgimento dos pressupostos de justiciabilidade .....	34
1.2. Pressupostos de justiciabilidade no direito norte-americano.....	37
1.2.1. <i>Standing</i> : demonstração de um prejuízo sofrido pela parte demandante causado pela parte demandada e a possibilidade de sua solução no Judiciário .....	37
1.2.2. <i>Ripeness</i> : impossibilidade de julgamentos prematuros ..	46
1.2.3. <i>Mootness</i> : subsistência ou desaparecimento da controvérsia (prejuízo que deixou de existir) .....	48
1.2.4. Questões políticas .....	51
1.2.5. Outros parâmetros de justiciabilidade .....	61
1.3. Crítica aos pressupostos de justiciabilidade: aplicação arbitrária das teorias pelos tribunais .....	64
1.4. Conclusão parcial .....	65

## *Capítulo 2*

<b>JUSTICIABILIDADE NO BRASIL .....</b>	<b>67</b>
2.1. Critérios de justiciabilidade no direito brasileiro.....	67
2.2. Definição e natureza jurídica da justiciabilidade deste trabalho....	76
2.3. Compatibilidade com os princípios da inafastabilidade da jurisdição e da indeclinabilidade .....	79

2.4. Justiciabilidade no âmbito da justiça multiportas.....	86
2.5. Pressupostos de justiciabilidade aplicáveis ao Brasil .....	88
2.5.1. Obstáculo à justiciabilidade por falta de repercussão geral ou relevância: os requisitos de admissibilidade recursal nos Tribunais Superiores .....	90
2.5.2. Questões políticas .....	101
2.5.3. Questões <i>interna corporis</i> do Poder Legislativo.....	108
2.5.4. Questões técnicas: limite em razão das capacidades institucionais.....	115
2.5.5. Questões não justiciáveis por necessidade de maturação do debate .....	127
2.6. Questões justiciáveis que visam à tutela de direitos: controle do Judiciário sobre a violação às competências constitucionais e diálogos institucionais nos processos estruturais.....	131
2.7. Deferência judicial como parâmetro de interpretação em questões justiciáveis.....	140
2.8. Conclusão parcial .....	144

### Capítulo 3

<b>DEFININDO O QUE SIGNIFICA A NÃO DECISÃO: DIFERENÇAS ENTRE JUSTICIABILIDADE E A VEDAÇÃO DO <i>NON LIQUET</i> .....</b>	<b>145</b>
3.1. Compreendendo as origens do <i>non liquet</i> .....	145
3.1.1. Uma breve passagem histórica: do direito romano à atualidade.....	145
3.1.2. <i>Non liquet</i> na Corte Internacional de Justiça .....	156
3.2. <i>Non liquet</i> no Brasil (art. 4º da LINDB e art. 140 do CPC) .....	161
3.3. Diferença entre a justiciabilidade e a vedação do <i>non liquet</i> .....	165
3.4. Situações que não configuram não decisão .....	168
3.4.1. Omissões judiciais prolongadas .....	168
3.4.1.1. Atos judiciais omissivos.....	168
3.4.1.2. Controle da pauta de julgamentos no Supremo Tribunal Federal: poder de agenda <i>versus</i> declaração de não decisão.....	172
3.4.2. Decisões inexecutíveis .....	179

3.4.3. Impossibilidade de julgamento por falta de quórum .....	183
3.5. Conclusão parcial .....	185

#### *Capítulo 4*

<b>TÉCNICAS DECISÓRIAS PARA A DECLARAÇÃO DE NÃO DECISÃO .....</b>	<b>187</b>
4.1. Não decisão temporária pela necessidade de amadurecimento do debate .....	188
4.1.1. Inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção: decisão de caráter temporário do Supremo Tribunal Federal .....	188
4.1.2. Diálogo institucional para além da Corte Constitucional: atuação dialógica dos juízes nas declarações de inconstitucionalidade e de ilegalidade .....	192
4.1.3. Adiamento da decisão para permitir o amadurecimento do debate para a tutela de direitos: demandas complexas e controvérsias de fato .....	204
4.2. Não reconhecimento de repercussão geral no recurso extraordinário e do requisito da relevância no recurso especial por prematuridade da discussão .....	208
4.3. Aconselhamento ou recomendação dos tribunais diante da ausência de pressupostos materiais de justiciabilidade .....	212
4.4. Cassação do ato sem se substituir à instituição competente: técnica para os casos de deferência judicial .....	219
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>223</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>227</b>